

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 01/2018

**POLÍCIA
CIVIL**
MINAS GERAIS
ACADEPOL

ACADEMIA DE POLÍCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

S.P.Q.R.
CADERNO DE PROVAS

GABARITO TIPO

1

(Marque o tipo de gabarito na sua folha de respostas)

CARGO: DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL SUBSTITUTO

PROVAS:

- DIREITO ADMINISTRATIVO
- DIREITO CIVIL
- DIREITO CONSTITUCIONAL
- DIREITO PENAL
- DIREITO PROCESSUAL PENAL
- DIREITOS HUMANOS
- MEDICINA LEGAL
- NOÇÕES DE CRIMINOLOGIA

Leia, atentamente, as instruções gerais que se encontram no verso desta capa.

INSTRUÇÕES GERAIS:

1. Este caderno de provas contém um total de 70 (setenta) questões objetivas, sendo 10 de Direito Administrativo, 10 de Direito Civil, 10 de Direito Constitucional, 10 de Direito Penal, 10 de Direito Processual Penal, 05 de Direitos Humanos, 10 de Medicina Legal e 05 de Noções de Criminologia. Confira-o.
2. Antes do início das provas, marque no local apropriado de sua Folha de Respostas, o número correspondente ao seu **TIPO** de gabarito, conforme apresentado na capa deste caderno.
3. As provas objetivas de múltipla escolha terão duração de, no mínimo, **2 (duas) horas** e, no máximo, de **4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos**, incluído o tempo destinado à transcrição de suas respostas na Folha de Respostas oficial.
4. Por motivo de segurança, os candidatos somente poderão ausentar-se do recinto de realização das provas objetivas decorridas **2 (duas) horas** do início de aplicação das mesmas.
5. Respondidas as questões, você deverá passar o gabarito para a sua Folha de Respostas, usando caneta esferográfica azul ou preta.
6. Em nenhuma hipótese haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
7. Este caderno deverá ser devolvido ao fiscal, juntamente com a Folha de Respostas, devidamente preenchidos e assinados.
8. Você pode transcrever suas respostas na última folha deste caderno e a mesma poderá ser destacada.
9. O gabarito e as questões das Provas Objetivas estarão disponíveis nos endereços eletrônicos acadepol.policiacivil.mg.gov.br e www.fumarc.com.br, bem como disponibilizados no Quadro de Avisos disposto no hall principal da sede da ACADEPOL, até 3 (três) dias úteis após a sua realização.
10. **ATENÇÃO:** Transcreva no espaço apropriado na sua Folha de Respostas, com sua caligrafia usual, a seguinte frase:

“Concurso Público da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais - Edital 01/18. Agora é a minha vez de ingressar no quadro de servidores da Polícia Civil Mineira”.

A comissão organizadora da FUMARC Concursos lhe deseja uma boa prova.

Prezado(a) candidato(a):

Coloque seu número de inscrição e nome no quadro abaixo:

Nº de Inscrição	Nome
<input type="text"/>	<input type="text"/>

ASSINALE A RESPOSTA CORRETA.

PROVA DE DIREITO ADMINISTRATIVO – Cad. TIPO 1

QUESTÃO 01

Sobre os princípios da Administração Pública, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) a efetivação de pagamento de precatório em desobediência à ordem cronológica traduz violação ao princípio da impessoalidade, à luz do qual é vedada a atuação administrativa dissociada da moral, dos princípios éticos, da boa-fé e da lealdade.
- (B) em consonância com o princípio da legalidade, estatuído no artigo 37, caput, da CR/88, a Administração Pública pode fazer tudo o que a lei não proíbe.
- (C) não são oponíveis às Sociedades de Economia Mista, haja vista que essas sociedades são regidas pelo regime de direito privado.
- (D) o princípio da supremacia do interesse público não se radica em dispositivo específico da CR/88, ainda que inúmeros aludem ou impliquem manifestações concretas dele.

QUESTÃO 02

A Lei n. 13.303/2016, em seu artigo 3º, traz o seguinte conceito: “entidade dotada de personalidade jurídica de **direito privado**, com criação autorizada por lei e com **patrimônio próprio**, cujo capital social é integralmente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios”.

A entidade da administração indireta conceituada é uma:

- (A) Autarquia.
- (B) Empresa pública.
- (C) Fundação pública.
- (D) Sociedade de economia mista.

QUESTÃO 03

Correlacione as duas colunas, vinculando cada situação ao respectivo poder administrativo.

- | | |
|---|--------------------------|
| (1) Revogação de ato administrativo | () Poder disciplinar |
| (2) Interdição de estabelecimento comercial pela vigilância sanitária | () Poder regulamentar |
| (3) Aplicação de penalidade administrativa a servidor | () Poder discricionário |
| (4) Edição de decretos | () Poder de polícia |

A sequência numérica **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- (A) 1, 2, 4, 3
- (B) 3, 1, 4, 2
- (C) 3, 4, 1, 2
- (D) 4, 3, 2, 1

QUESTÃO 04

Sobre as hipóteses de perda do cargo do servidor estável previstas no artigo 41, §1º da CR/88, a **INCORRETA**:

- (A) Excesso de despesa com pessoal.
- (B) Procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- (C) Processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- (D) Sentença judicial transitada em julgado.

QUESTÃO 05

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) A Lei n. 8.429/1992 veda, expressamente, transação, acordo ou conciliação nas ações de improbidade administrativa.
- (B) A violação a quaisquer dos princípios da Administração Pública pode constituir ato de improbidade administrativa, independente da aferição de culpa ou dolo do agente.
- (C) Embora o ato de improbidade administrativa, quando praticado por servidor público, também corresponda a um ilícito administrativo, não há obrigatoriedade de instauração do procedimento adequado à apuração da responsabilidade pela autoridade administrativa competente, haja vista que as sanções previstas no artigo 37, § 4º, da CR/88 somente podem ser aplicadas após o trânsito em julgado de sentença condenatória.
- (D) Entre os legitimados ativos para propor a ação de improbidade administrativa figuram o Ministério Público, empresa incorporada ao patrimônio público e entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual.

QUESTÃO 06

De acordo com a Lei Complementar n. 123/2013 (Lei Orgânica da PCMG), é **INCORRETO** afirmar:

- (A) Cargo de provimento efetivo é unidade de ocupação funcional do quadro de pessoal, privativa de servidor público aprovado em concurso, com criação, remuneração e quantitativo definidos em lei ordinária, e, ainda, com atribuições, responsabilidades, direitos e deveres de natureza estatutária estabelecidos em Lei Complementar.
- (B) Carreira é o conjunto de cargos de provimento efetivo agrupados segundo sua natureza e complexidade e estruturados em níveis e graus, escalonados em função do grau de responsabilidade e das atribuições da carreira.
- (C) Grau é a posição do servidor no escalonamento vertical dentro da mesma carreira, contendo cargos escalonados, com os mesmos requisitos de capacitação e mesmas natureza, complexidade, atribuições e responsabilidades.
- (D) Quadro de pessoal é o conjunto de cargos de provimento efetivo e de provimento em comissão de órgão ou de entidade.

QUESTÃO 07

João, candidato ao cargo de Delegado de Polícia do Estado de Minas Gerais, inconformado com sua reprovação no certame, impetrou ação mandamental argumentando a existência de ilegalidade decorrente da formulação de questões com base em legislação não prevista no edital. Sobre o caso, **NÃO** é correto afirmar:

- (A) A adequação das questões da prova ao programa do edital de concurso público constitui tema de legalidade, suscetível, portanto, de controle pelo Poder Judiciário.
- (B) A banca examinadora é que possui legitimidade para figurar como autoridade coatora.
- (C) A petição inicial será indeferida, com fundamento no artigo 10 da Lei n. 12.016/2009, caso a impetração ocorra após 120 dias da ciência do ato impugnado.
- (D) É vedado ao Poder Judiciário adentrar aos critérios adotados pela banca examinadora do concurso.

QUESTÃO 08

Um servidor público estadual, no exercício do seu cargo, conduzia um veículo oficial em velocidade superior à permitida na via e atropela um pedestre que vem a falecer no local. A partir da narrativa, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A sentença condenatória no âmbito penal somente gerará efeitos na esfera administrativa se imposta pena privativa de liberdade.
- (B) Eventual absolvição no âmbito penal por insuficiência de provas não autoriza a condenação do servidor nas esferas cível e administrativa.
- (C) O Estado responderá subjetivamente na esfera cível pelos danos resultantes do evento.
- (D) O servidor responderá pelo ato lesivo nas esferas cível, penal e administrativa.

QUESTÃO 09

Sobre o controle administrativo da Administração Pública, **NÃO** é correto afirmar:

- (A) É um controle de legalidade e de mérito.
- (B) Pode ocorrer por iniciativa da própria administração, mas não pode ser deflagrado mediante provocação dos administrados.
- (C) Quanto à natureza do órgão controlador, se divide em legislativo, judicial e administrativo.
- (D) Tem por finalidade confirmar, alterar ou corrigir condutas internas, segundo aspectos de legalidade ou de conveniência para a Administração.

QUESTÃO 10

Sobre a responsabilidade do Estado por atos legislativos, **NÃO** está correto o que se afirma em:

- (A) Sua aplicação não é admitida com relação às leis de efeitos concretos constitucionais.
- (B) É aplicável aos casos de omissão no dever de legislar e regulamentar.
- (C) É admitida com relação às leis declaradas inconstitucionais.
- (D) É aceita nos casos de atos normativos do Poder Executivo e de entes administrativos com função normativa, mesmo em caso de vícios de inconstitucionalidade ou de ilegalidade.

PROVA DE DIREITO CIVIL – Cad. TIPO 1**QUESTÃO 11**

Amanda tem 15 anos de idade. Mateus, por deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática pessoal dos atos da vida civil. Tício é excepcional, sem desenvolvimento mental completo.

De acordo com o Código Civil e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, considera(m)-se absolutamente incapaz(es) de exercer, pessoalmente, os atos da vida civil:

- (A) Amanda e Mateus.
- (B) Amanda.
- (C) Mateus e Tício.
- (D) Mateus.

QUESTÃO 12

Considere as seguintes afirmativas a respeito do domicílio da pessoa natural:

- I. Tem como regra geral o lugar onde a pessoa estabelece a sua residência com ânimo definitivo.
- II. Considera-se também como domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.
- III. Se houver exercício da profissão em lugares diversos, o local da contratação constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.
- IV. Muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar. A prova da intenção resultará do que declarar a pessoa às municipalidades dos lugares, que deixa, e para onde vai, ou, se tais declarações não fizer, da própria mudança, com as circunstâncias que a acompanharem.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmativas:

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.

QUESTÃO 13

De acordo com o disposto no Código Civil a respeito dos bens, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A lei não pode determinar a indivisibilidade do bem, pois esta característica decorre da natureza da coisa ou da vontade das partes.
- (B) A regra de que o acessório segue o principal tem inúmeros efeitos, entre eles, a presunção absoluta de que o proprietário da coisa principal também seja o dono do acessório.
- (C) Para os efeitos legais, considera-se bem imóvel o direito à sucessão aberta.
- (D) Pertencas são obras feitas na coisa ou despesas que se teve com ela, com o fim de conservá-la, melhorá-la ou embelezá-la.

QUESTÃO 14

Sobre a prescrição e a decadência, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A interrupção da prescrição é comum, aproveitando, em qualquer caso, a todos os credores ainda que somente um a tenha promovido.
- (B) A prescrição está ligada às ações constitutivas e desconstitutivas; já a decadência está relacionada às ações condenatórias.
- (C) As ações declaratórias, por serem direitos pessoais, estão sujeitas ao prazo prescricional de 5 anos.
- (D) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não pode suprir a alegação.

QUESTÃO 15

Nas obrigações negativas, o devedor é considerado **inadimplente**:

- (A) a partir da sua citação.
- (B) a partir da sua constituição em mora pelo credor.
- (C) a partir do ajuizamento da ação pelo credor.
- (D) desde o dia em que executou o ato de que se devia abster.

QUESTÃO 16

Considere as seguintes afirmativas a respeito do direito das obrigações:

- I. O credor de coisa certa não pode ser obrigado a receber outra, ainda que mais valiosa.
- II. Não incorre na obrigação de indenizar perdas e danos o devedor que recusar a prestação a ele só imposta, ou só por ele exequível.
- III. Na obrigação de dar coisa incerta, antes da escolha, não poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, ainda que por força maior ou caso fortuito.
- IV. Quando a obrigação é indivisível, os devedores são solidários, de sorte que a remissão de um aproveita a todos, extinguindo a dívida.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmativas:

- (A) I e III.
- (B) I e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) II e III.

QUESTÃO 17

A respeito da posse, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A posse de boa-fé só perde esse caráter quando do trânsito em julgado da sentença proferida em ação possessória.
- (B) É assegurado ao possuidor de boa-fé o direito à indenização pelas benfeitorias necessárias e úteis. Quanto às voluptuárias, estas, se não forem pagas, poderão ser levantadas, desde que não prejudiquem a coisa.
- (C) Obsta à manutenção ou à reintegração da posse a alegação de propriedade, ou de outro direito sobre a coisa.
- (D) Sendo possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade, não é possível adquirir posse mediante representação.

QUESTÃO 18

Considere as seguintes afirmativas a respeito do direito de família:

- I. A diversidade de sexos entre os companheiros não é requisito essencial para a configuração da união estável.
- II. A pessoa casada, mas separada de fato, pode constituir união estável.
- III. De acordo com jurisprudência pacificada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, na união estável, na ausência de contrato de convivência, a partilha de bens exige prova do esforço comum.
- IV. A pessoa divorciada, enquanto não houver sido homologada ou decidida a partilha de bens do casal, não pode constituir união estável.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmativas:

- (A) I e II.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) II e IV.

QUESTÃO 19

Frederico, com 72 anos de idade, viúvo e sem herdeiros necessários, em março de 2016 procurou um tabelionato de notas na cidade de Belo Horizonte/MG e fez um testamento público, determinando que todos os seus bens deveriam ser transmitidos à Santa Casa de Belo Horizonte. Em dezembro de 2016, Frederico, que possuía apenas um parente vivo, o seu tio Aristóteles, resolveu adotar Pedro, de 10 anos de idade, vindo a falecer um ano após. Sobre a sucessão de Frederico, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A herança de Frederico será dividida igualmente entre Pedro, Santa Casa de Belo Horizonte e Aristóteles.
- (B) Pedro terá direito à legítima, cabendo à Santa Casa a parte disponível.
- (C) Todo o patrimônio de Frederico caberá a Pedro.
- (D) Todo o patrimônio de Frederico caberá à Santa Casa de Belo Horizonte, por força do testamento.

QUESTÃO 20

Considere as seguintes afirmativas a respeito do direito das sucessões:

- I. Ninguém pode suceder, representando herdeiro renunciante. Se, porém, ele for o único legítimo da sua classe, ou se todos os outros da mesma classe renunciarem à herança, poderão os filhos vir à sucessão, por direito próprio, e por cabeça.
- II. Fideicomisso é meio pelo qual o testador pode instituir como fideicomissário os não concebidos ao tempo de sua morte. Assim, é possível instituir fideicomisso em que contemplem, sucessivamente, determinada pessoa, seu filho e seu neto.
- III. O testador pode estabelecer cláusula de inalienabilidade sobre os bens da parte legítima, desde que exponha uma justa causa para tanto.
- IV. É lícito o testamento conjuntivo recíproco entre marido e mulher, quando o regime de bens do casamento for da comunhão universal.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmativas:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e IV.

PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL – Cad. TIPO 1

QUESTÃO 21

Sobre o regime constitucional atribuído à polícia civil e aos policiais civis, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Às polícias civis, dirigidas por delegados de carreira, incumbem, sem exceção, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais.
- (B) Não é possível a acumulação remunerada do cargo de policial civil com o cargo de professor, ainda que haja compatibilidade de horários.
- (C) Não se garante aos policiais civis o direito à livre associação sindical, em virtude da natureza de suas atividades.
- (D) Os policiais civis são remunerados por subsídio fixado em parcela única, por meio de lei de iniciativa privativa do Governador do Estado, vedado o acréscimo de qualquer outra espécie remuneratória.

QUESTÃO 22

A partir de julgamentos de mandados de injunção coletivos, em 2007, entre eles o MI 708, o Supremo Tribunal Federal alterou seu entendimento acerca dos efeitos e da abrangência da decisão. Corresponde a essa mudança:

- (A) O Supremo Tribunal Federal manteve seu entendimento, consolidado desde a promulgação da Constituição Federal, de se conceder a ordem injuncional, afirmando a competência do Judiciário para regulamentar, no caso concreto, a falta da norma regulamentadora.
- (B) O Supremo Tribunal Federal manteve seu entendimento, segundo a maioria dos Ministros, de não se conceder a ordem injuncional, afirmando que compete ao Judiciário apenas cientificar o órgão competente para a elaboração da norma regulamentadora, sem obrigá-lo.
- (C) O Supremo Tribunal Federal passou a aplicar, no entendimento da maioria dos Ministros, a teoria concretista, afirmando a competência do Judiciário para regulamentar, no caso concreto, a falta da norma regulamentadora.
- (D) O Supremo Tribunal Federal passou a aplicar, no entendimento da maioria dos Ministros, a teoria não concretista, afirmando a impossibilidade de o Judiciário regulamentar, no caso concreto, a falta da norma regulamentadora.

QUESTÃO 23

NÃO constitui cargo privativo de brasileiro nato:

- (A) Ministro de Estado da Defesa.
- (B) Oficial das Forças Armadas.
- (C) Presidente da Câmara dos Deputados.
- (D) Senador da República.

QUESTÃO 24

É imunidade extensível aos vereadores:

- (A) Autorização prévia da Assembleia Legislativa, por maioria de dois terços, para ser processado penalmente.
- (B) Inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato e na circunscrição do Município.
- (C) Inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, e a prisão somente em caso de flagrante delito inafiançável, desde a diplomação.
- (D) Prisão somente em caso de flagrante delito inafiançável, desde a diplomação.

QUESTÃO 25

A competência para a explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado é dos

- (A) estados-membros e dos municípios.
- (B) estados-membros, do distrito federal e dos municípios.
- (C) estados-membros.
- (D) municípios.

QUESTÃO 26

É da competência **exclusiva** do Congresso Nacional, que independe da sanção do Presidente da República:

- (A) concessão de anistia.
- (B) criação e extinção de Ministérios e órgãos da Administração Pública.
- (C) fixação do subsídio do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado.
- (D) fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO 27

A Emenda Constitucional n. 80, de 4 de junho de 2014, foi responsável por alterar dispositivos do Capítulo IV - Das Funções Essenciais à Justiça, do Título IV - Da Organização dos Poderes.

Em relação à Defensoria Pública, esta emenda

- (A) assegura às Defensorias Públicas Estaduais autonomia funcional e administrativa, além da iniciativa de sua proposta orçamentária.
- (B) atribui à Defensoria Pública a iniciativa legislativa quanto à fixação de subsídios dos defensores públicos.
- (C) averba que a Defensoria Pública é instituição essencial à função jurisdicional do Estado.
- (D) estende aos defensores públicos a garantia da inamovibilidade, na forma assegurada aos membros do Poder Judiciário.

QUESTÃO 28

Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal proferido em Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada em 2017, no que tange a ações penais ajuizadas em face de Governador de Estado, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Com base no princípio da simetria, as Assembleias Legislativas devem autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de ação penal contra o Governador por crimes comuns.
- (B) O recebimento de ação penal contra Governador de Estado pelo Superior Tribunal de Justiça acarreta o seu afastamento automático do cargo.
- (C) Os estados-membros têm competência para legislar sobre crimes de responsabilidade.
- (D) Os estados-membros não têm competência para editar normas que exijam autorização da Assembleia Legislativa para que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) instaure ação penal contra Governador de Estado.

QUESTÃO 29

Segundo precedentes do Supremo Tribunal Federal, a comprovação da relação de pertinência temática em ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade **NÃO** é exigida para

- (A) o Conselho Federal das Ordem dos Advogados do Brasil.
- (B) Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- (C) entidades de classe de âmbito nacional.
- (D) confederações sindicais.

QUESTÃO 30

É objetivo da Ordem Econômica elencado no art. 170 da Constituição Federal:

- (A) Assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social.
- (B) Assegurar o desenvolvimento nacional.
- (C) Garantir a livre concorrência.
- (D) Valorizar o trabalho humano e a livre iniciativa.

PROVA DE DIREITO PENAL – Cad. TIPO 1**QUESTÃO 31**

NÃO é um elemento do tipo culposo de crime:

- (A) Conduta involuntária.
- (B) Inobservância de dever objetivo de cuidado.
- (C) Previsibilidade objetiva.
- (D) Tipicidade.

QUESTÃO 32

Com relação às causas de exclusão da ilicitude, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Astrogildo colocou cacos de vidro, visíveis, em cima do muro de sua casa, para evitar a ação de ladrões. Certo dia, uma criança neles se lesionou ao pular o muro da casa de Astrogildo para pegar uma bola que ali havia caído. Nessa situação, ainda que se tratando da defesa de um perigo incerto e ou remoto, a conduta de Astrogildo restaria acobertada por excludente da ilicitude.
- (B) No caso de legítima defesa ou estado de necessidade de terceiros, é imprescindível a prévia autorização destes para que a conduta do agente não seja ilícita.
- (C) Caio, lutador de boxe, durante uma luta em que seguia as regras desportivas, atinge região vital de Tício, causando-lhe a morte. Ante a gravidade da situação fática, a violência não encontra amparo em nenhuma causa de exclusão da ilicitude, devendo Caio responder pela morte causada.
- (D) Nos moldes do finalismo penal, pode a inexigibilidade de conduta diversa ser considerada causa supralegal de exclusão de ilicitude.

QUESTÃO 33

Com relação ao concurso de crimes, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Não se admite a aplicação da suspensão condicional do processo ao crime continuado.
- (B) No caso hipotético em que Gioconda, ao dirigir seu automóvel de maneira imprudente, perde o controle do carro, matando três pessoas e lesionando gravemente outras cinco, deve ser reconhecido o concurso formal próprio de crimes pelo qual lhe será aplicada somente uma pena, a mais grave, aumentada de um sexto até a metade.
- (C) No concurso de crimes, a aplicação da pena de multa observa as regras pertinentes à modalidade de concurso que incide no caso concreto.
- (D) No concurso formal, aplica-se a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até a metade, ainda que os crimes concorrentes resultem de desígnios autônomos.

QUESTÃO 34

Com relação à substituição das penas privativas de liberdade pelas restritivas de direito, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Beltrano, maior, capaz e primário, subtraiu um carneiro da fazenda de um amigo, sendo condenado a dois anos de reclusão. No caso concreto, possuindo todas as circunstâncias judiciais favoráveis e sendo mais benéfico ao réu, deve o juiz conceder a Beltrano a suspensão condicional da pena ao invés da substituição prevista no art. 44 do CP.
- (B) Marreco, maior e capaz, ameaçou de morte sua companheira, sendo processado e definitivamente condenado pelo crime de ameaça à pena de seis meses de detenção. Nesse caso, conforme entendimento sumulado pelo STJ, tem o agente direito à substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, desde que não seja a de prestação pecuniária ou a inominada.

- (C) Sinfrônio, capaz, possui condenação definitiva pela prática do crime de invasão de dispositivo informático à pena de dois anos de detenção. Decorridos quatro anos do cumprimento integral da pena anterior, foi ele novamente condenado pelo mesmo crime à pena de um ano de detenção. Mesmo sendo o agente reincidente, se socialmente recomendável, conforme previsto no §3º do art. 44 do Código Penal, pode o juiz substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
- (D) Tício, capaz e devidamente habilitado, após ingerir substância entorpecente, assustou-se ao desviar o veículo que dirigia de um buraco na pista, perdendo o controle do automóvel e vindo a causar a morte de uma criança. Pelo resultado praticado, foi condenado por homicídio culposo, com as penas alteradas pela Lei nº 13.546/17, a seis anos de reclusão. Nessa situação, Tício tem direito à substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.

QUESTÃO 35

Acerca dos princípios que limitam e informam o Direito Penal, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A responsabilidade pela indenização do prejuízo que foi causado pelo crime imputado ao agente não pode ser estendida aos seus herdeiros sem que haja violação do princípio da personalidade da pena.
- (B) Conforme o princípio da culpabilidade, a responsabilidade penal é subjetiva, pelo que nenhum resultado penalmente relevante pode ser atribuído a quem não o tenha produzido por dolo ou culpa, elementos finalisticamente localizados na culpabilidade.
- (C) O princípio da insignificância funciona como causa de exclusão da culpabilidade, sendo requisitos de sua aplicação para o STF a ofensividade da conduta, a ausência de periculosidade social da ação e a inexpressividade da lesão jurídica.
- (D) O princípio da legalidade, do qual decorre a reserva legal, veda o uso dos costumes e da analogia para criar tipos penais incriminadores ou agravar as infrações existentes, embora permita a interpretação analógica da norma penal.

QUESTÃO 36

Com relação à culpabilidade e suas teorias, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) A teoria normativa pura, a fim de tipificar uma conduta, desloca a análise do dolo ou da culpa para o fato típico, transformando a culpabilidade em um juízo de reprovação social incidente sobre o fato típico e antijurídico e sobre seu autor.
- (B) O Código Penal vigente adota a teoria limitada da culpabilidade, pela qual as discriminantes putativas incidentes sobre a existência ou os limites de uma causa de justificação sempre são consideradas erro de proibição.
- (C) São elementos da culpabilidade, tanto para a teoria normativa quanto a limitada, a imputabilidade, a consciência potencial da ilicitude e a exigibilidade de conduta diversa.
- (D) Segundo a teoria psicológica idealizada por Von Liszt e Beling, a imputabilidade é pressuposto da culpabilidade, fazendo o dolo e a culpa parte de sua análise. Por sua vez, as teorias normativas, seja a extremada seja a limitada, excluem o dolo e a culpa de sua apreciação.

QUESTÃO 37

Com relação aos crimes patrimoniais, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A Lei nº 13.645/18 introduziu novas modalidades qualificadas ao crime de furto, mas excluiu o uso de armas brancas da figura majorada de roubo.
- (B) O agente que, durante a prática do crime de roubo a posto de gasolina, acaba por matar o proprietário do estabelecimento e um cliente que lá se encontrava, fugindo em seguida com o dinheiro do caixa e o carro do cliente, responde por um só crime de latrocínio, crime complexo em que a pluralidade de vítimas serve apenas para fixação da pena.
- (C) O roubo próprio se distingue do impróprio porque, enquanto aquele pode ser praticado por qualquer pessoa, o último somente pode ser realizado por determinados agentes, não sendo crime comum.
- (D) Segundo entendimento jurisprudencial majoritário, a mera presença de sistema eletrônico de vigilância em estabelecimento comercial torna o crime de furto impossível mediante a absoluta ineficácia do meio.

QUESTÃO 38

Com relação ao *iter criminis*, é **CORRETO** afirmar:

- (A) No crime falho ou na tentativa imperfeita, o processo de execução é integralmente realizado pelo agente e o resultado é atingido.
- (B) Não existe desistência voluntária no caso de agente que desiste de prosseguir com os atos de execução por conselho de seu advogado, já que ausente a voluntariedade.
- (C) Com relação à tentativa, o Código Penal adota, como regra, a teoria objetiva e aplica ao agente a pena correspondente ao crime consumado, reduzida de um a dois terços, conforme maior ou menor tenha sido a proximidade do resultado almejado.
- (D) O arrependimento posterior tem natureza jurídica de causa de exclusão da tipicidade, desde que restituída a coisa ou reparado o dano nos crimes praticados sem violência ou grave ameaça até o recebimento da denúncia ou queixa.

QUESTÃO 39

Analise os casos hipotéticos abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) Do alto de uma árvore, Joca atira uma fruta contra a cabeça de Maurício. Celso, percebendo a intenção de Joca, assustado e com o fim de evitar a lesão contra Maurício, empurra a vítima com força. Na queda, Maurício acaba por quebrar o braço. Nessa hipótese, tendo Celso agido de forma excessiva, deve responder por lesão corporal dolosa.
- (B) O agente que provoca, de forma dolosa, várias lesões corporais, de natureza grave e gravíssima contra a mesma vítima, em um mesmo contexto fático, responde por crime continuado.
- (C) Policial Civil que, durante uma festa de casamento, confunde convidado com um “perigoso assaltante” foragido e, imediatamente, dá voz de prisão ao indivíduo que, assustado, corre do policial, fazendo com que este efetue disparos de arma de fogo que atingem mortalmente o convidado pelas costas, segundo a teoria limitada da culpabilidade, atua em discriminante putativa derivada de erro de tipo permissivo.
- (D) Semprônio entra em luta corporal contra Beltrano, seu desafeto e, após provocar-lhe vários ferimentos, resolve matá-lo, desferindo contra ele dois disparos de arma de fogo que não atingem a vítima. Preso em flagrante, Semprônio responderá por lesão corporal, tentativa de homicídio e disparo de arma de fogo, em concurso material de crimes.

QUESTÃO 40

Com relação ao erro no Direito Penal, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Quando, por erro no uso dos meios de execução, o agente, ao invés de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa, responde como se tivesse praticado o crime contra aquela, considerando-se as qualidades da vítima que almejava. No caso de ser também atingida a pessoa que o agente pretendia ofender, aplica-se a regra do concurso formal: estamos diante da figura conhecida como *aberratio criminis*.
- (B) O agente que, objetivando determinado resultado, termina atingindo resultado diverso do pretendido, responde pelo resultado diverso do pretendido somente por culpa, se for previsto como delito culposos. Quando o agente alcançar o resultado almejado e também resultado diverso do pretendido, responderá pela regra do concurso formal, restando configurada a *aberratio causae*.
- (C) Mãe que, a fim de cuidar do machucado de seu filho, aplica sobre o ferimento ácido, pensando tratar-se de pomada cicatrizante, age em erro de proibição.
- (D) Fazendeiro que, para defender sua propriedade, mata posseiro que a invade, pensando estar nos limites de seu direito, atua em erro de proibição indireto.

PROVA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL – Cad. TIPO 1**QUESTÃO 41**

Sobre o ato de indiciamento realizado no âmbito de investigação criminal conduzida por delegado de polícia, é **CORRETO** afirmar:

- (A) É realizado mediante o mesmo grau de certeza de autoria que a situação de suspeito.
- (B) Não é ato exclusivo do delegado de polícia que conduz a investigação.
- (C) Não poderá o delegado de polícia retratar sua posição e “desindiciar” o investigado.
- (D) Resulta de um juízo de probabilidade e não de mera possibilidade sobre a autoria delitiva.

QUESTÃO 42

Em matéria de competência, é **CORRETO** afirmar que a competência por prerrogativa de função estabelecida

- (A) em relação a deputado federal não prevalece sobre a competência da justiça eleitoral para julgar crimes eleitorais.
- (B) em relação a desembargadores não prevalece sobre a competência da justiça eleitoral para julgar crimes eleitorais.
- (C) em relação aos juízes de direito não prevalece sobre a competência da justiça eleitoral para julgar crimes eleitorais.
- (D) no art. 29, X, da Constituição Federal não prevalece sobre a competência do tribunal do júri.

QUESTÃO 43

Sobre a ação controlada prevista na Lei 12.850/13, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A intervenção policial ou administrativa poderá ser postergada sem que exista prévia comunicação ao juízo competente.
- (B) Consiste na imediata intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada no âmbito de organização criminosa ou a esta vinculada.
- (C) Mesmo que envolva a transposição de fronteiras, não haverá necessidade de cooperação do país tido como provável destino do investigado.
- (D) Poderá ter seus limites definidos pelo juiz competente.

QUESTÃO 44

Em matéria de colaboração premiada, prevista na Lei 12.850/13, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A ação penal poderá deixar de ser proposta temporariamente contra o colaborador até o cumprimento das medidas de colaboração.
- (B) A homologação do acordo de colaboração premiada independe de efetividade das informações repassadas pelo colaborador.
- (C) O acordo de colaboração deixa de ser sigiloso assim que oferecida a denúncia.
- (D) O Ministério Público não poderá dispor da ação penal caso o colaborador não seja o líder da organização e seja o primeiro a prestar efetiva colaboração.

QUESTÃO 45

Em relação aos aspectos processuais da lei de lavagem de dinheiro (Lei 9.613/98), pode-se afirmar:

- (A) A alienação de bens objeto de medidas assecuratórias depende da existência de trânsito em julgado de sentença condenatória.
- (B) A competência para o julgamento do delito de lavagem de dinheiro será da justiça federal.
- (C) A denúncia deverá ser instruída com indícios suficientes da existência de infração penal antecedente.
- (D) A persecução penal em juízo depende da comprovação, mediante sentença condenatória, de infrações penais antecedentes.

QUESTÃO 46

Em matéria de provas no processo penal, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A absolvição independe de o acusado provar o alegado.
- (B) A declaração de ilicitude de uma prova necessariamente implica nulidade absoluta de todo o processo.
- (C) A prova testemunhal não poderá ser determinada de ofício pelo juiz.
- (D) Não há contaminação da prova quando ficar evidenciado seu nexos causal com a prova originária.

QUESTÃO 47

Sobre o regime jurídico da liberdade provisória, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A cassação da fiança poderá ocorrer com a inovação da classificação do delito, inicialmente, como afiançável.
- (B) Não poderá haver reforço da fiança mediante inovação da classificação do delito.
- (C) O pagamento da fiança poderá ser dispensado pela autoridade policial, em face da situação econômica do preso.
- (D) O quebramento injustificado da fiança importará na perda da totalidade do seu valor.

QUESTÃO 48

Acerca da prova da materialidade através de perícia (desconsiderando-se a possibilidade de prova da materialidade por exame de corpo de delito indireto ou prova testemunhal), relativamente aos crimes de furto qualificado pela destruição ou rompimento de obstáculo à subtração da coisa (CP, art. 155, §4º, I), de furto qualificado pela escalada (CP, art. 155, §4º, II), de furto qualificado pelo emprego de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum (CP, art. 155, §4º-A), de incêndio (CP, art. 250), e de explosão simples e privilegiada (CP, art. 251, *caput* e §1º), é **INCORRETO** afirmar:

- (A) A materialidade do crime de furto qualificado pela destruição de obstáculo à subtração da coisa se comprova nas hipóteses em que o laudo pericial, além de descrever os vestígios, indique com que instrumentos, por que meios e em que época presume-se ter sido o fato praticado.
- (B) A legislação processual penal não exige a realização de perícia para a comprovação da materialidade do crime de furto qualificado pela escalada.
- (C) Para comprovar a materialidade do crime de incêndio, os peritos verificarão a causa e o lugar em que este houver começado, o perigo que dele tiver resultado para a vida ou para o patrimônio alheio, a extensão do dano e o seu valor, bem como as demais circunstâncias que interessarem à elucidação do fato.
- (D) Para que incida a circunstância qualificadora prevista no art. 155, §4º-A, do CP (crime de furto qualificado pelo emprego de explosivo ou artefato análogo que cause perigo comum), os peritos devem analisar a natureza e a eficiência dos instrumentos empregados para a prática da infração.

QUESTÃO 49

Sobre citação no processo penal, é **CORRETO** afirmar:

- (A) O processo penal poderá prosseguir, mesmo que o acusado não tenha sido pessoalmente citado.
- (B) Sempre será o primeiro ato de comunicação do denunciado no processo penal.
- (C) Estando em lugar incerto e não sabido, será citado por hora certa.
- (D) Estando o acusado no estrangeiro, será citado por edital.

QUESTÃO 50

Considerando exclusivamente o disposto na Lei nº 11.343/06 acerca do procedimento de destruição de drogas apreendidas no curso de investigações, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Nos termos da Lei nº 11.343/06, a destruição de drogas apreendidas sem a ocorrência de prisão em flagrante será feita por incineração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da determinação judicial.
- (B) Na hipótese de ocorrência de prisão em flagrante, a Lei nº 11.343/06 estabelece que a destruição das drogas apreendidas será executada pelo delegado de polícia competente, no prazo de 15 (quinze) dias, na presença do Ministério Público e da autoridade sanitária, levando em consideração a necessária determinação judicial para a destruição.
- (C) Na hipótese de ocorrência de prisão em flagrante, a Lei nº 11.343/06 estabelece que a destruição das drogas será executada pelo delegado de polícia competente, no prazo de 15 (quinze) dias, sem necessidade de presença do Ministério Público e da autoridade sanitária, guardando-se amostra necessária à realização do laudo definitivo.
- (D) A destruição de drogas apreendidas sem a ocorrência de prisão em flagrante será feita por incineração, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da apreensão, guardando-se amostra necessária à realização do laudo definitivo.

PROVA DE DIREITOS HUMANOS – Cad. TIPO 1**QUESTÃO 51**

Ao dizer que os direitos humanos são vistos como uma religião civil, o que os autores fazem é uma crítica à civilização ocidental, **PORQUE**

- (A) a civilização ocidental é a realização da aventura humana forjada a partir da história da Europa, que impõe ainda hoje uma forma sacralizada de ver o mundo.
- (B) a história da humanidade é a história das civilizações, que, como as religiões, vieram do oriente para o ocidente, culminando com a criação do Estado Moderno.
- (C) no conceito emancipador de modernidade, esse que encobre a violência civilizadora, o que justifica o mito é declarar o inocente culpado da sua própria vitimação.
- (D) os direitos humanos são defendidos como essenciais à vida, mas, ao mesmo tempo, perenizam os valores que estão umbilicalmente ligados às causas da crise que atravessamos.

QUESTÃO 52

A formação do Estado Moderno está intimamente relacionada à intolerância religiosa, cultural, à negação da diversidade fora de determinados padrões e de determinados limites. Como a proteção dos direitos humanos está diretamente relacionada à atuação do poder dos Estados na ordem interna ou internacional, podemos concluir que:

- I. Ao lado do ideário iluminista da formação política do Estado, o discurso judaico-cristão criou o pano de fundo para controlar as esferas da vida das pessoas no campo jurídico.
- II. A uniformização de valores, normalmente estandardizados, como a democracia representativa, a ética e a moral, irá refletir nos fundamentos do direito moderno.

- III. O sistema jurídico e político europeu é o modelo civilizatório ideal e universal, visto ter surgido da falência do sistema feudal, que era descentralizado, multiétnico e multilinguístico.
- IV. O mundo uniforme e global de hoje insere-se no contexto de afirmação do Estado nacional que está condicionado, em sua existência, à intolerância com o diferente.

Estão **CORRETAS** apenas as assertivas:

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) II, III e IV.

QUESTÃO 53

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, retomando os ideais da Revolução Francesa, representou a manifestação histórica de que se formara, enfim, em âmbito universal, o reconhecimento dos valores supremos da igualdade, da liberdade e da fraternidade. Em decorrência disso, os direitos fundamentais expressos na Constituição Federal de 1988:

- (A) como na Declaração Universal dos Direitos Humanos, esses direitos fundamentais são considerados uma *recomendação* sem força vinculante, uma etapa preliminar para ulterior implementação na medida em que a sociedade se desenvolver.
- (B) não consideram as diferenças humanas como fonte de valores positivos a serem protegidos e estimulados, pois, ao criar dispositivos afirmativos legais, as diferenças passam a ser tratadas como deficiências.
- (C) obrigam que o princípio da solidariedade seja interpretado com a base dos direitos econômicos e sociais, que são exigências elementares de proteção às classes ou aos grupos sociais mais fracos ou necessitados.
- (D) tratam a liberdade como um princípio político e não individual, pois o reconhecimento de liberdades individuais em sociedades complexas esconde a dominação oligárquica dos mais ricos.

QUESTÃO 54

Para assegurar a garantia do direito social à saúde, a Constituição da República de 1988 criou um Sistema Único de Saúde integrado por uma rede pública regionalizada e hierarquizada, descentralizado, com direção única em cada esfera de governo, que deve oferecer atendimento de qualidade a toda a população e priorizar as atividades preventivas, sem que haja prejuízo dos serviços assistenciais. Ao Sistema Único de Saúde compete, segundo o que dispõe a CF no Art. 200, além de outras atribuições, nos termos da lei:

- I. executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.
- II. participar do controle e da fiscalização da produção, do transporte, da guarda e da utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos.
- III. promover a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.
- IV. fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano.

Estão **CORRETAS** as assertivas:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II e IV, apenas.
- (C) I, II, III e IV.
- (D) I, III e IV, apenas.

QUESTÃO 55

A Constituição da República de 1988 cuidou expressamente dos direitos humanos, enumerando-os no Título que trata dos direitos e garantias fundamentais. Existem, entretanto, outros direitos humanos não enumerados no texto, mas cuja proteção a própria Constituição assegura, **PORQUE**:

- (A) decorrem do regime e dos princípios adotados pela própria Constituição.
- (B) o Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional.
- (C) são criados pelo Poder Judiciário, após o trânsito em julgado das decisões.
- (D) surgem de necessidades que não foram previstas pelo legislador constituinte.

PROVA DE MEDICINA LEGAL – Cad. TIPO 1**QUESTÃO 56**

Custodiado pela Polícia, um suposto infrator queixa que se sente mal na viatura policial ao ser transferido do local do fato para a delegacia responsável. Ele relata ser “cardíaco” e que usa medicação para evitar infarto do miocárdio. Em seguida, fica em silêncio e imóvel. Os responsáveis constataam a realidade do óbito. A conduta **CORRETA** é:

- (A) Entrar em contato com alguma autoridade do Ministério Público ou do judiciário para tomada de decisão do caso.
- (B) Por não haver violência, procurar os meios para encaminhamento ao serviço de verificação de óbito.
- (C) Procurar os meios e as formalidades para o encaminhamento ao IML.
- (D) Trata-se de morte natural; dar seguimento aos procedimentos para encaminhamento à funerária.

QUESTÃO 57

Em relação à exumação, é **CORRETO** afirmar:

- (A) Em determinados casos, o exame histopatológico pode ser realizado.
- (B) O exame interno deve ser direcionado à região determinada e/ou suspeita do cadáver.
- (C) O médico-legista se incumbirá de providenciar para que se realize a diligência, mediante autorização expressa da família.
- (D) Os fenômenos putrefativos prejudicam as características das vestes, não devendo ser consideradas, a fim de se evitarem erros periciais grosseiros.

QUESTÃO 58

Em relação à simulação, é **INCORRETO** afirmar:

- (A) A simulação negativa é o ato de se apresentar como normal.
- (B) Na dissimulação, o examinado tem consciência dos sintomas e da motivação que o levaram a agir de maneira enganosa.
- (C) No transtorno fáctico, existe a apresentação intencional de sintomas falsos.
- (D) Nos transtornos dissociativo e conversivo, o paciente não tem consciência dos sintomas e não tem interesse nem percepção de suas motivações.

QUESTÃO 59

No que tange à perícia oficial e em acordo com o CPP, é **CORRETO** afirmar:

- (A) É facultada ao acusado a indicação de assistente técnico, após admissão pela autoridade policial.
- (B) Entende-se por perícia complexa aquela que abrange mais de uma área de conhecimento especializado.
- (C) Faculta-se ao Ministério Público e ao assistente técnico do querelante a formulação de quesitos a qualquer tempo do inquérito policial.
- (D) Na falta de perito oficial, qualquer contribuinte poderá exercer o mister, desde que não inadimplente com impostos públicos, e que seja admitido pelo delegado de polícia presidente do inquérito.

QUESTÃO 60

Em relação aos dispositivos legais sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A retirada *post mortem* de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano destinados a transplante ou tratamento deverá ser precedida de diagnóstico de morte encefálica, constatada e registrada por dois médicos não participantes das equipes de remoção e transplante.
- (B) A retirada de tecidos, órgãos e partes do corpo de pessoas falecidas para transplantes ou outra finalidade terapêutica não dependerá apenas da autorização do cônjuge ou parente, estando também vinculada aos sistemas de saúde pública e ao delegado de polícia.
- (C) No caso de morte sem assistência médica, de óbito em decorrência de causa mal definida ou de outras situações nas quais houver indicação de verificação da causa médica da morte, a remoção de tecidos, órgãos ou partes de cadáver para fins de transplante ou terapêutica somente poderá ser realizada após a autorização do delegado de polícia ou do Ministério Público.
- (D) O cadáver de pessoa não identificada não pode se prestar a qualquer doação para transplantes, exceto se autorizado pelo delegado de polícia, promotor ou juiz.

QUESTÃO 61

De acordo com o Artigo 129 do Código Penal Brasileiro, trata-se de lesão corporal de natureza gravíssima:

- (A) Aceleração de parto.
- (B) Debilidade permanente de membro, sentido ou função.
- (C) Deformidade permanente.
- (D) Perigo de vida.

QUESTÃO 62

NÃO está correto o que se afirma em:

- (A) Heroína é um produto sintético (éter diacético da morfina - diacetilmorfina). Tem a forma de pó branco e cristalino.
- (B) LSD 25 é droga eminentemente alucinógena, extraída da ergotina do centeio (dietilamina do ácido lisérgico).
- (C) Morfinomania ou morfinafilia é o uso vicioso de morfina, sendo a morfina um alcaloide derivado do ópio.
- (D) O corpo do indivíduo que morre de overdose de cocaína ou do *crack* se apresenta tipicamente róseo-avermelhado ou carmim.

QUESTÃO 63

NÃO está correto o que se afirma em:

- (A) A merla apresenta consistência pastosa, tonalidade que varia do amarelo ao marrom e seu uso é através de cigarros ou cachimbos.
- (B) Anfetaminas são usadas para evitar a sonolência, para desinibir e para euforizar.
- (C) Merla é obtida a partir da pasta de coca.
- (D) Oxi é droga sintética, consumida em cápsulas, de custo elevado e causa pouca agressão ao sistema nervoso central.

QUESTÃO 64

Um indivíduo foi vítima da explosão de uma bomba ao implantá-la num caixa eletrônico, tendo evoluído para óbito imediatamente.

Qual das feridas tem **mais probabilidade** de tê-lo acometido?

- (A) Contusodilacerantes.
- (B) Cortocontusas.
- (C) Cortodilacerantes.
- (D) Dilacerantes.

QUESTÃO 65

São causas médicas de óbito **NÃO** jurídicas:

- (A) Acidentais.
- (B) Homicidas.
- (C) Oncológicas.
- (D) Suicidas.

PROVA DE NOÇÕES DE CRIMINOLOGIA – Cad. TIPO 1**QUESTÃO 66**

“Cabe definir a Criminologia como ciência empírica e interdisciplinar, que se ocupa do estudo do crime, da pessoa do infrator, da vítima e do controle social do comportamento delitivo, e que trata de subministrar uma informação válida, contrastada, sobre a gênese, dinâmica e variáveis principais do crime – contemplado este como problema individual e como problema social -, assim como sobre os programas de prevenção eficaz do mesmo e técnicas de intervenção positiva no homem delinquente e nos diversos modelos ou sistemas de resposta ao delito”.

Esta apresentação ao conceito de Criminologia apresenta, desde logo, algumas das características fundamentais do seu *método* (empirismo e interdisciplinaridade), antecipando o *objeto* (análise do delito, do delinquente, da vítima e do controle social) e suas *funções* (explicar e prevenir o crime e intervir na pessoa do infrator e avaliar os diferentes modelos de resposta ao crime).

MOLINA, Antônio G.P.; GOMES, Luiz F.; *Criminologia*; 6. ed. reform., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais. p. 32.

Sobre o *método*, o *objeto* e as *funções* da criminologia, considera-se:

- I. A luta das escolas (positivismo *versus* classicismo) pode ser traduzida como um enfrentamento entre adeptos de métodos distintos; de um lado, os partidários do método abstrato, formal e dedutivo (os clássicos) e, de outro, os que propugnavam o método empírico e indutivo (os positivistas).
- II. Uma das características que mais se destaca na moderna Criminologia é a progressiva ampliação e problematização do seu objeto.
- III. A criminologia, como ciência, não pode trazer um saber absoluto e definitivo sobre o problema criminal, senão um saber relativo, limitado, provisório a respeito dele, pois, com o tempo e o progresso, as teorias se superaram.

Estão **CORRETAS** as assertivas indicadas em:

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II e III, apenas.

QUESTÃO 67

Sobre o sistema penal e a reprodução da realidade social, segundo Alessandro Baratta, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A cada sucessiva recomendação do menor às instâncias oficiais de assistência e de controle social corresponde uma diminuição das chances desse menor ser selecionado para uma “carreira criminosa”.
- (B) A homogeneidade do sistema escolar e do sistema penal corresponde ao fato de que realizam, essencialmente, a mesma função de reprodução das relações sociais e de manutenção da estrutura vertical da sociedade.
- (C) A teoria das carreiras desviantes, segundo a qual o recrutamento dos “criminosos” se dá nas zonas sociais mais débeis, não é confirmada quando se analisa a população carcerária.
- (D) O suficiente conhecimento e a capacidade de penetração no mundo do acusado por parte do juiz e das partes no processo criminal são favoráveis aos indivíduos provenientes dos estratos econômicos inferiores da população.

QUESTÃO 68

“A criminologia contemporânea, dos anos 30 em diante, se caracteriza pela tendência a superar as teorias patológicas da criminalidade, ou seja, as teorias baseadas sobre as características biológicas e psicológicas que diferenciariam os sujeitos ‘criminosos’ dos indivíduos ‘normais’, e sobre a negação do livre arbítrio, mediante um rígido determinismo. Essas teorias eram próprias da *criminologia positivista* que, inspirada na filosofia e na psicologia do positivismo naturalista, predominou entre o final do século passado e princípios deste.”

BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal*. Introdução à sociologia do Direito Penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia. p. 29. (Coleção Pensamento Criminológico)

Numere as seguintes assertivas de acordo com a ideia de criminologia que representam, utilizando (1) para a criminologia positivista e (2) para a escola liberal clássica do direito penal.

- () Assumia uma concepção patológica da criminalidade.
- () Considerava a criminalidade como um dado pré-constituído às definições legais de certos comportamentos e certos sujeitos.
- () Não considerava o delinquente como um ser humano diferente dos outros.
- () Objetivava uma política criminal baseada em princípios como os da humanidade, legalidade e utilidade.
- () Pretendia modificar o delinquente.

A sequência que expressa a associação **CORRETA**, de cima para baixo, é:

- (A) 1, 1, 2, 2, 1.
- (B) 1, 2, 1, 2, 2.
- (C) 2, 2, 1, 1, 1.
- (D) 2, 1, 2, 2, 2.

QUESTÃO 69

Sobre a relação entre o preso e a sociedade, segundo Alessandro Baratta, é **CORRETO** afirmar:

- (A) A reinserção do preso na sociedade, após o cumprimento da pena, é assegurada a partir do momento em que, no cárcere, o preso absorve um conjunto de valores e modelos de comportamento desejados socialmente.
- (B) É necessário primeiro modificar os excluídos, para que eles possam voltar ao convívio social na sociedade que está apta a acolhê-los.
- (C) O cárcere não reflete as características negativas da sociedade, em razão do isolamento a que são submetidos os presos.
- (D) São relações sociais baseadas no egoísmo e na violência ilegal, no interior das quais os indivíduos socialmente mais débeis são constrangidos a papéis de submissão e de exploração.

QUESTÃO 70

“Por debaixo do problema da *legitimidade* do sistema de valores recebido pelo sistema penal como critério de orientação para o comportamento socialmente adequado e, portanto, de discriminação entre conformidade e desvio, aparece como determinante o problema da definição do delito, com as implicações político-sociais que revela, quando este problema não seja tomado por dado, mas venha tematizado como centro de uma teoria da criminalidade. Foi isto o que aconteceu com as teorias da ‘reação social’, ou *labeling approach*, hoje no centro da discussão no âmbito da sociologia criminal.”

BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal*. Introdução à sociologia do Direito Penal. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia. p. 86. (Coleção Pensamento Criminológico)

Com base no excerto acima, referente ao paradigma do *labeling approach*, **analise** as asserções a seguir:

I – O *labeling approach* tem se ocupado em analisar, especialmente, as reações das instâncias oficiais de controle social, ou seja, tem estudado o efeito estigmatizante da atividade da polícia, dos órgãos de acusação pública e dos juízes.

PORQUE

II – Não se pode compreender a criminalidade se não se estuda a ação do sistema penal, pois o *status* social de delinquente pressupõe o efeito da atividade das instâncias oficiais de controle social da delinquência.

Está **CORRETO** o que se afirma em:

- (A) I e II são proposições falsas.
- (B) I e II são proposições verdadeiras e II é uma justificativa correta da I.
- (C) I é uma proposição falsa e II é uma proposição verdadeira.
- (D) I é uma proposição verdadeira e II é uma proposição falsa.



CONCURSO PÚBLICO - EDITAL 01/2018

ACADEMIA DE POLÍCIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CADERNO TIPO 1

PARA VOCÊ DESTACAR E CONFERIR O SEU GABARITO.

01		15		29		43		57	
02		16		30		44		58	
03		17		31		45		59	
04		18		32		46		60	
05		19		33		47		61	
06		20		34		48		62	
07		21		35		49		63	
08		22		36		50		64	
09		23		37		51		65	
10		24		38		52		66	
11		25		39		53		67	
12		26		40		54		68	
13		27		41		55		69	
14		28		42		56		70	

